

Anais do Congresso Latino-Americano de Gênero e Religião

anais.est.edu.br/genero

ECOLOGIA | ECONOMIA | ECUMENISMO

ECOLOGIA | ECONOMIA | ECUMENISMO



A NOVA ONDA EVANGÉLICA: A CAMPANHA ELEITORAL DAS DEPUTADAS FEDERAIS (2002-2014)

The new evangelical wave: the electoral campaign of the federal deputies (2002-2014)

Gabriela Luiz Scapini

Resumo

O objetivo deste trabalho é debater a interferência do campo religioso no campo político e discutir até que ponto essa interferência reconfigura a representação política brasileira. O foco do trabalho recai na intersecção entre Gênero e Religião, no qual buscamos verificar se as deputadas federais vinculadas aos segmentos evangélicos e eleitas nos anos de 2002 a 2014 apresentaram um viés religioso em suas campanhas eleitorais. Iremos responder as seguintes questões: nas campanhas eleitorais as deputadas selecionadas tinham um "discurso de gênero" perpassado pelo viés religioso? Ao longo das trajetórias políticas dessas mulheres elas se apresentaram como protagonistas ou ingressam na carreira política "ancoradas" em atores religiosos (bispos/pastores)? Para responder esses questionamentos, vamos resgatar e analisar tanto as carreiras políticas dessas deputadas, bem como suas campanhas eleitorais em rádio/TV e blogs, verificando a presença (ou não) da variável religião e gênero.

Palavras-chave: Estudos de gênero. Religião. Representação política feminina.

Abstract

The objective of this work is to discuss the interference of the religious field in the political field, and to discuss how this interference reconfiguration the Brazilian political representation. The focus of the work falls on the intersection between Gender and Religion, verifying whether the federal deputies evangelical elected in 2002-2014 presented their electoral campaigns. Responding to the following questions: the women had a religious "gender discourse" in the election campaigns? Throughout the election campaigns, were women introduced: as protagonists or entering the political career "anchored" in religious actors (bishops / pastors)? To answer these questions, we will rescue and analyze both as political careers, as are their electoral campaigns in radio/TV and blogs, verifying a presence (or not) of the variable religion and gender.

Keywords: Gender studies. Religion. Political representation of women.

Considerações Iniciais

Recentemente vivencia-se um crescimento exponencial das igrejas evangélicas no Brasil, especialmente nas duas últimas décadas. Se formos analisar as pesquisas recentes elaboradas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), notamos que o eleitorado brasileiro identificado enquanto evangélico é de 15,4% em 2000, contrastando com os 9,0% de evangélicos nos anos de 1991. Da mesma forma, o crescimento desse segmento religioso também pode ser percebido no maior número de deputados e deputadas federais que se identificam enquanto evangélicos, conforme os dados do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP) apontaram: a bancada evangélica no congresso brasileiro tem demonstrado um crescimento expressivo nos últimos anos: 44 eleitos (51° legislatura), 68 eleitos (52° legislatura), 32 eleitos (53° legislatura), 63 eleitos (54° legislatura). Na última legislatura, 55°, esse número passou para 74 eleitos¹.

Somando-se a essas questões referentes ao crescimento da representação política evangélica, também notamos que parte dessa bancada, no congresso nacional, é composta pelo gênero feminino. Na última legislatura tivemos 10 representantes femininas atuantes na bancada evangélica; podemos ler a ocorrência desse fenômeno através de duas óticas distintas e complementares: (a) o crescimento de mulheres que se identificam como pertencentes a vertentes evangélicas – cerca de 56% das mulheres se identificam enquanto tal; (b) a maior sensibilidade por parte dos líderes religiosos em apoiar candidaturas femininas nas eleições proporcionais².

Esses fatores, quando combinados entre si, podem gerar a maior inserção de mulheres evangélicas eleitas nas últimas legislaturas, especialmente nas duas últimas – 54° e 55° legislaturas. Contudo, a maior inserção das mulheres evangélicas não nos diz *como* elas são inseridas no jogo político. A questão de saber como essas mulheres evangélicas são inseridas dentro da lógica político-partidária é substancial para conhecermos mais dessa elite que vem crescendo paulatinamente e ocupando postos de destaque no cenário político brasileiro. Desse modo, cabe questionarmos como elas são inseridas dentro do jogo político,

¹ DIAP – Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar. 2016. Disponível em: <<http://www.diap.org.br/>>. Acesso em: 07 mar. 2017.

² MACHADO, Maria das Dores Campos. Representações e relações de gênero nos grupos Pentecostais. *Estudos Feministas*, Florianópolis, vol. 13, no. 2, p. 387-396, 2005.

ou seja, se elas se apresentam enquanto protagonistas de suas campanhas e carreiras, ou se elas se encontram ancoradas em atores religiosos como bispos, pastores ou igrejas no geral. Além disso, não sabemos como os discursos de gênero são apresentados por essas mulheres, ou melhor dizendo: se elas apresentam tais discursos e se eles são perpassados pelo viés religioso.

Compreendendo "o que é ser evangélico?": as principais denominações religiosas

Antes de avançar nas análises deste trabalho, é imprescindível definirmos o que entendemos por "evangélicos". A literatura sobre o tema apresenta algumas divergências quanto a classificação dos evangélicos, optamos por utilizar da visão de Ricardo Mariano³ e de Ari Oro⁴, na qual compreendemos os evangélicos a partir das divisões internas que eles apresentam, havendo os grupos de pentecostais tradicionais, pentecostais e neopentecostais. De forma geral, vamos apresentar breves definições sobre cada divisão: a primeira diz respeito aos pentecostais tradicionais que surgiram nas reformas do século XVI e final do século XX, englobando as igrejas batistas, presbiterianas, luteranas e metodistas, essas igrejas chegaram ao Brasil em meados do início do século XX, junto aos diferentes imigrantes que desembarcaram em solo brasileiro.

Conforme a definição apresentada por Novaes as igrejas pentecostais, por sua vez, tem o seu surgimento a partir do século XX, nos Estados Unidos⁵, seu processo de implementação no país se deu em três momentos: (a) entre 1910-1950, no qual 80% da população residiam no campo, as principais igrejas que tiveram penetração nesse período foram a Assembleia de Deus (Norte) e a Congregação Cristã no Brasil (Nordeste); (b) entre 1950-1970 houve a penetração das Igrejas Quadrangular, Brasil para Cristo e Deus é amor, ocorrendo junto ao processo de urbanização e atingindo a região sudeste, em especial a cidade de São Paulo; (c) a partir dos anos, com o surgimento das denominações neopentecostais com novas perspectivas e abordagens a respeito da crença religiosas: "realizaram as mais profundas acomodações à sociedade, abandonaram traços sectários,

³ MARIANO, Ricardo. *Neopentecostais: sociologia do novo pentecostalismo no Brasil*. São Paulo: Loyola, 2000.

⁴ ORO, Ari Pedro. Religião e política nas eleições 2000 em Porto Alegre (RS). *Debates do NER*, Porto Alegre, Ano 2, no. 3, p. 9-70, set. 2001.

⁵ NOVAES, R. R. Crenças religiosas e convicções políticas: fronteiras e passagens In: FRIDMAN, Luiz (Org.). *Política e cultura: século XXI*. Rio de Janeiro: Relume Dumará; ALERJ, 2002.

hábitos ascéticos e o velho estereótipo pelo qual os crentes eram reconhecidos e, implacavelmente, estigmatizados.”⁶

Destaca-se também que os grupos neopentecostais criaram (e continuam criando) novos ritos, crenças e práticas ao alterarem os *costumes* envolvidos com o ser evangélico. Outro ponto interessante é o envolvimento desses grupos com o presente - o aqui e agora; eles passaram a identificar o momento presente como uma forma de se obter felicidade, a partir disso, os neopentecostais passam a buscar os prazeres da vida terrena, antes de chegarem ao paraíso prometido ao lado de Deus. Essa nova visão, própria dos seguidores neopentecostais, possibilitou a introdução deles nos meios de entretenimento como o rádio e TV⁷. Atualmente a emissora neopentecostal mais expressiva no país é o grupo Record, liderado pelo Bispo Edir Macedo Bezerra, principal líder espiritual da Igreja Universal do Reino de Deus.

Relações entre campos: do campo político ao religioso

Tendo em vista a necessidade contextualizar teoricamente o que se entende por interferência religiosa no campo político, utilizou-se a noção apresentada por Pierre Bourdieu quanto aos campos de poder, especialmente em seus escritos que tratam da relação entre o campo religioso e o campo político⁸. Para o autor, o campo político é o local no qual vão ser gerados produtos políticos, problemas, análises e conceitos que serão escolhidos pelos “consumidores”, esse processo vai ser gerido pela lógica da concorrência entre os agentes envolvidos. Quando pensamos na lógica da concorrência pelo poder no campo político, estamos lidando, também, com agentes que se encontram fora desse campo:

A tendência para a autonomização e a divisão indefinida em minúsculas seitas antagonistas que está inscrita, em estado de potencialidade objetiva, na constituição de corpos de especialistas dotados de interesses específicos e colocados em concorrência pelo poder no campo político (ou neste ou naquele sector do campo – por exemplo, um aparelho do partido) é contrabalançada em diferentes graus pelo fato de o desfecho das lutas internas depender da força que

⁶ MARIANO, 2000, p. 8.

⁷ MARIANO, 2000.

⁸ BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Lisboa/Rio de Janeiro: Difel/Bertrand, 1989.

os agentes e as instituições envolvidos nesta luta podem mobilizar fora do campo⁹.

Bourdieu aponta que a força de um discurso vai se encontrar, em certo grau, no fato dele ser reconhecido pelos grupos de indivíduos que se encontram fora desse campo - os profanos¹⁰. Além disso, notamos que as forças internas não se configuram enquanto suficientes para determinar o triunfo de conquistar o poder no campo político, as diferenças externas vão ser cruciais nesse processo. As atitudes dos profissionais dentro do campo político vão ser pautadas tanto na relação que exercem com os agentes externos a esse campo (os profanos) como aqueles que se encontram no campo político (os profissionais): é através da lógica interna do próprio campo que os atores ali dentro vão tomar posição sobre determinadas medidas, podendo se distinguir uns dos outros e, ao mesmo tempo, ampliar a sua base de apoio tendo sempre em vista a sua relação com os profanos.

No campo político a concorrência vai ser gerida pelo monopólio de falar e de agir em nome da população: os profissionais do campo político falam em nome daqueles que se encontram fora desse campo (os profanos); dentro dessa lógica, esses profissionais se apresentam como desinteressados e só falando aquilo que os seus eleitores fariam em seu lugar¹¹.

As relações de poder: as evangélicas e políticas

A partir da definição acima sobre as relações entre campos de poder, cabe agora definir o nosso aporte teórico sobre um dos aspectos principais deste trabalho: as relações de gênero. Pensando a partir desse ponto, vamos nos debruçar na contribuição de Joan Scott sobre gênero: a autora apresenta a importância de pensarmos na categoria de gênero relacionada a outras categorias de análise histórica. Mais precisamente, vamos utilizar das noções que inserem o gênero enquanto uma relação de poder: "o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos,

⁹ BOURDIEU, 1989, p. 183.

¹⁰ BOURDIEU, 1989.

¹¹ BOURDIEU, 1989; BOURDIEU, Pierre. *Sobre o Estado: cursos no Collège de France (1989-92)*. São Paulo: Cia das Letras, 2014; WACQUANT, Loic. O poder simbólico na dominação da "nobreza do Estado". In: WACQUANT, Loic (Org.). *O mistério do ministério*. Rio de Janeiro: Revan, 2005.

e o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder."¹² Para a autora, a política vai ser um dos domínios no qual o gênero será utilizado enquanto uma análise histórica. Nessa direção, utilizamos a visão de Bourdieu¹³ quanto ao aspecto relacional entre gênero e poder: se gênero pode ser entendido enquanto um conjunto complexo de dominação exercida pelo sexo masculino ao longo da história, estamos falando de uma ordem sexual de relações¹⁴.

Por isso a importância de verificarmos questões de gênero pensadas enquanto relações de poder, dentro na própria política representativa. Pois as mulheres eleitas como deputadas federais e pertencentes a segmentos evangélicos se inserem numa dupla relação de poder: (a) os segmentos religiosos que historicamente se configuram enquanto espaços de poder com um domínio maior de homens - prevalecendo uma ordem nitidamente patriarcal ao longo das relações hierárquicas compartilhadas por determinadas igrejas; (b) dentro da política representativa que foi construída por homens e para homens e também configurada enquanto um espaço de poder dominado por homens, no qual paulatinamente as mulheres tem conquistado maior visibilidade, tanto pelo esforço em inserir debates sobre as cotas para um dos gêneros nas listas partidárias¹⁵. Nesse sentido, ao verificamos as campanhas eleitorais dessas mulheres, estaremos lidando com mulheres que são identificadas enquanto políticas e evangélicas, o que traz um desafio e contribui

¹² SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. Trad. Cristine Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila. *SOS Corpo*, Recife, 1991.

¹³ BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil; 1999.

¹⁴ WOODHEAD, L. As diferenças de gênero na prática e no significado da religião. *Estudos de Sociologia*, Araraquara, vol. 18, no. 34, p. 77-100, jan./jun. 2013.

¹⁵ Não vamos nos deter no ponto específico das cotas para um dos gêneros na lista partidárias. De forma geral, essa lei foi impulsionada pela então Deputada Federal Marta Suplicy, na época a deputada se encontrava no PT, no ano de 1994. Com dificuldades as cotas inseriram a determinação de 20% dos nomes nas listas partidárias de um dos gêneros no ano de 1996; posteriormente, no ano 1998 esse número passou para 25%, até chegar no ano de 2000 e contar com 30% da lista. (PINTO, Céli; MORITZ, Maria Lúcia. A tímida presença da mulher na política brasileira: eleições municipais em Porto Alegre (2008). *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, no. 2, p. 61-87, jul./dez. 2009; ARAÚJO, Clara. Rotas de ingresso, trajetórias e acesso de mulheres ao legislativo: um estudo comparado entre Brasil e Argentina. *Estudos Feministas*, Florianópolis, vol. 18, no. 2, p. 567-584, 2010.) O simples incentivo na lista não bastou para que houvesse seu efetivo cumprimento, cabendo no ano de 2009 a criação de uma lei punitiva para aqueles partidos que descumprissem as cotas. Não podemos afirmar, neste trabalho, que todas ou parte dessas mulheres que estamos trabalhando surgiram na política através dessa política de cotas, mas a questão da mulher na política foi sendo incorporada pelos partidos a partir de tais determinações, gerando um espaço maior para a concorrência de mulheres na política.

substancialmente para debatermos como essas mulheres percebem a si mesmas e a outras mulheres¹⁶.

Buscou-se rastrear estudos que vinculam a religião evangélica junto a subjetividade feminina/masculina. Destacamos a contribuição fundamental de Machado ao relacionar e apontar as diferentes "portas de entrada" de homens e mulheres nas religiões evangélicas¹⁷; de forma geral, os homens se convertem em evangélicos a partir da sua condição de desemprego, dificuldade financeira e problemas de saúde. As mulheres aderem às igrejas evangélicas devido aos conflitos familiares e domésticos que elas passam junto ao seu grupo familiar. Notamos, portanto, que os homens tendem a se converter quando passam por algum imprevisto que afete a sua identidade masculina (de ser o provedor e não poder adoecer), enquanto as mulheres o fazem a partir da sua noção de cuidadora e protetora da família.

Contudo, essa associação entre igrejas (neo)pentecostais e a construção da subjetividade feminina e seus papéis sociais não pode ser compreendida através de uma lógica de total submissão das mulheres evangélicas frente aos homens: os próprios homens evangélicos também recebem certas "doutrinas" do *ethos pentecostal* para que sejam mais dóceis, participativos com as questões de ordem privada (familiar) e mais envolvidos com o mundo dos afetos - eles são mais próximos de um ideário "feminino", relacionado ao cuidado e proteção da esfera doméstica. Esse *ethos* masculino evangélico não implicou que as mulheres evangélicas rompessem com os seus papéis de cuidadoras e protetoras do lar e família. "A conquista de uma autoridade moral e o fortalecimento da autoestima ampliam as possibilidades de as mulheres desenvolverem atividades extradomésticas e as redes de sociabilidade, favorecendo, conseqüentemente, a individuação feminina."¹⁸

Evangélicas e Políticas: quem são elas?

Como primeiro passo de análise, foram coletados os nomes das mulheres eleitas como deputadas federais nos anos de 2002 a 2014, totalizando 183 mulheres. Após isso, buscamos quais dessas mulheres eram identificadas enquanto evangélicas, incluindo tanto as pentecostais quanto as neopentecostais: identificamos 24 mulheres eleitas ao longo do

¹⁶ MACHADO, 2005; MACHADO, Maria das Dores Campos. *Política e religião: a participação dos evangélicos nas eleições*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2006.

¹⁷ MACHADO, 2005.

¹⁸ MACHADO, 2005, p. 389.

período. Dessas 24 mulheres, tivemos repetições de alguns nomes (mulheres que se reelegeram)¹⁹. Ao excluirmos as repetições, ficamos com o total de 20 nomes para serem analisados. A tabela a seguir mostra a evolução da representação política de deputadas evangélicas ao longo dos anos, de 2002 a 2014:

Tabela 1. Ano x Deputadas Federais Evangélicas

Ano	Deputadas Federais Evangélicas	Deputadas Federais Eleitas
2002	2	42
2006	2	45
2010	8	45
2014	12	51
TOTAL	24	183

Conforme os dados acima mostram, houve um aumento contínuo de mulheres evangélicas eleitas, na medida em que em 2002 tem-se 2 deputadas evangélicas eleitas e, em 2014, o último ano de análise, esse número passou para 12 eleitas, demonstrando um crescimento extremamente relevante - ainda mais quando compara-se esse crescimento com o número de deputadas eleitas.

Analisando o Perfil Sociodemográfico

A partir do estudo de um conjunto de variáveis, tais como profissão, escolaridade, estado civil, idade e região de origem, foi possível traçar o perfil sociodemográfico das deputadas federais em análise. Identificou-se que essas mulheres encontram-se capilarizadas em todo o território brasileiro, tendo representantes nas diferentes regiões do país e predomínio na região sudeste.

Os dados também apontaram que essas mulheres são, majoritariamente, casadas. A faixa etária das analisadas compreende idades superiores aos 30 anos. Em grande maioria, são mulheres entre 40-50 anos que foram eleitas (mais da metade têm esse perfil). Quanto ao nível escolar, notou-se que 10 mulheres possuem ensino superior completo, e outras duas, incompleto. Além dessas mulheres, 5 possuem pós-graduação completa e outras 5 ensino médio completo.

¹⁹ Em 2010, Dona Iris Rezende (PMDB/GO) foi reeleita pelo mesmo partido político. Em 2014, Benedita da Silva (PT/RJ) E Bruna Furlan (PSDB/SP) foram reeleitas pelo mesmo partido.

Quanto ao quesito religião, foi identificada uma variedade de segmentos, havendo predomínio das eleitas vinculadas à Assembleia de Deus:

Tabela 2. Igrejas x Ano de Eleição

Igrejas	2002	2006	2010	2014
Assembleia de Deus	-	-	3	3
IURD	2	-	-	2
Presbiteriana	-	-	2	2
Batista	-	1	1	1
Cristã	-	1	1	-
Evangélica				
Congregação Cristã no Brasil	-	-	1	1
Batista do Calvário	-	-	-	1
Evangélica Eterno	-	-	-	1
Evangélica Quadrangular	-	-	-	1
TOTAL	2	2	8	12

Os partidos políticos no qual as deputadas evangélicas se elegeram dividem-se entre os diferentes espectros ideológicos. Além disso, há um predomínio de evangélicas eleitas por novos partidos políticos:

Tabela 3. Partidos Políticos x Ano de Eleição

Partidos Políticos	2002	2006	2010	2016
PSC	-	-	2	1
PR	-	-	1	1
PRB	-	-	-	2
PSDB	-	-	1	3
PMDB	-	1	2	-
PT	-	-	1	2
PPS	-	-	-	1
PDT	-	1	1	-
PTN	-	-	-	1
PFL/DEM	1	-	-	-
PTC	-	-	-	1
PTB	1	-	-	-
TOTAL	2	2	8	12

Quando interseccionados os dados do segmento religioso e o partido político, podemos notar que todas as representantes advindas do PSC são pertencentes a Assembleia de Deus. Da mesma forma, todas as mulheres pertencentes ao PRB são fiéis da Igreja Universal do Reino de Deus.

Analisando o Perfil de Carreira

Na construção do perfil de carreira, verificamos qual foi a porta de entrada na vida político-partidária. Utilizamos três categorias para enquadrá-las: (a) herdeiras familiares correspondem àquelas mulheres que entraram na política através da herança familiar, ou seja, elas são esposas, irmãs ou filhas de políticos consolidados; (b) Outsiders são aquelas mulheres que conquistaram o mandato através do seu sucesso profissional fora da política. Por exemplo, jornalistas, pastoras/bispos, cantoras, apresentadoras de programas televisivos ou de rádio, empresárias de sucesso; (c) militantes de movimentos sociais são aquelas mulheres que consolidaram e ganharam visibilidade na política através dos movimentos sindicais, estudantis, ambientais²⁰.

A entrada das deputadas na vida político-partidária mostrou que as deputadas evangélicas dividem-se quanto a forma de ingresso: 11 mulheres foram eleitas através da herança familiar - salientamos que parte considerável dessas mulheres teve o seu acesso facilitado por parte de seus maridos que, em alguns casos, são pastores/bispos e políticos influentes. E outras 8 mulheres ingressas como "outsider", ou seja, através do sucesso profissional fora da vida político-partidária. Apenas 2 mulheres entraram pela via de militância social: ambas de movimentos sindicalistas.

Quanto a experiência em cargos eletivos anteriores, os dados apontam que, em sua maioria, essas mulheres já exerceram experiência na política, especialmente como deputadas estaduais e vereadoras, contando com 7 e 3 mulheres para cada. Também temos uma mulher que chegou ao cargo de senadora, outra que foi vice-governadora do Estado do Rio de Janeiro, e uma que exerceu mandato anterior como deputada federal. Portanto, cerca de 1/3 das deputadas analisadas não tiveram nenhum cargo anterior na administração pública ou de representação política. Essa trajetória política das deputadas

²⁰ PINTO; MORITZ, 2009; ARAÚJO, 2010.

evangélicas é similar aos resultados encontrados em outros estudos sobre carreira política feminina²¹.

Analisando as campanhas eleitorais

Resgatou-se, a cada legislatura, quantas mulheres tentaram uma reeleição. Os dados analisados apontaram que das 2 evangélicas eleitas em 2002, nenhuma obteve sucesso em uma reeleição - a razão principal foi a CPI conhecida como Máfia das Sanguessugas que estourou no ano de 2006. A participação de evangélicos denunciados por envolvimento nessa "máfia" foi extremamente alta, contando com 24 evangélicos (ao menos). Sendo que dos 16 parlamentares da IURD, 14 foram denunciados por envolvimento. Edna Macedo (PTB/SP) foi uma das principais envolvidas, até por sua proximidade com a alta cúpula da IURD, a Deputada é irmã do Bispo Edir Macedo e tia do atual prefeito do Rio de Janeiro, eleito em 2016, Marcelo Crivella (PRB/SP).

No ano de 2006 obteve-se o total de 2 eleitas: Sueli Vidigal (PDT/ES) e Dona Iris Rezende (PMDB/GO). Ambas foram vitoriosas na eleição de 2010, recebendo uma grande porcentagem de votos. Apesar da reeleição delas, interessa notar que ambas duplicaram o valor gasto nas campanhas eleitorais.

Nas eleições de 2010, outras 8 mulheres somaram-se as duas reeleitas, totalizando 10 deputadas federais evangélicas. Dessas eleitas, Dona Iris Rezende (PMDB/GO), Antônia Lúcia (PSC/AC) e Fátima Pelaes (PMDB/AP) não foram reeleitas. Entre as razões tem-se o envolvimento com escândalos de corrupção, no caso de Antônia Lúcia. Já Iris Rezende (PMDB/GO) enfrentou problemas familiares com seu marido, dificultando a reeleição. Fátima, apesar de não reeleita, integra a Secretaria de Políticas para as Mulheres, desde junho/2016, nomeada pelo presidente (golpista) Michel Temer. A nomeação de Fátima foi extremamente polêmica pelas posições conservadoras manifestadas por ela, inclusive a última polêmica que envolveu o seu nome foi sobre cultos evangélicos e rodas de oração feitas em seu gabinete, durante o expediente de trabalho.

Já Sueli Vidigal (PDT/ES) e Lauriete (PSC/ES) não tentaram reeleição. A razão da primeira foi para concentrar seus esforços na campanha eleitoral do atual deputado federal Sérgio Vidigal (PDT/ES). Em 2015, Sueli assumiu a Secretaria Estadual de Assistência Social e

²¹ PINTO; MORITZ, 2009; ARAÚJO, 2010.

Políticas para Mulheres, permanecendo até 2016. No ano de 2016, fez campanha, novamente, para Sérgio Vidigal, que concorria ao cargo de Prefeito na cidade de Serra/ES. A ex-deputada federal Lauriete, conforme dados obtidos de sua rede social, informou que abdicou de uma reeleição para cuidar de sua família, especialmente de sua filha.

A então Deputada Federal Liliám Sá (PR/RJ) consolidou-se na cidade do Rio de Janeiro quando eleita vereadora pela primeira vez nos anos 2000, pelo Partido Liberal (PL), migrou para diversos partidos enquanto vereadora (PL, PR, PFL, PR). Em sua trajetória inicial, recebeu amplo apoio da IURD, do ex-bispo Carlos Rodrigues, mas rompeu com a Igreja e atualmente é fiel da Igreja Batista. Tendo uma trajetória já consolidada e com visibilidade na cidade do RJ, resolveu ampliar o seu alcance e lançou-se à disputa para o Senado, nas eleições de 2014; não obteve sucesso e atualmente não se encontra em atuação política oficial.

As deputadas federais Bruna Furlan (PSDB/SP) e Benedita da Silva (PT/RJ) conseguiram reeleição. A primeira manteve uma campanha com valores extremamente altos (mais de dois milhões, em cada uma delas), além de contar com a visibilidade e apoio de seu pai, Rubens Furlan e atual prefeito na cidade de Baueri/SP. Já a segunda, Benedita da Silva, é reconhecida por sua ampla carreira na cidade do Rio de Janeiro, chegando ao cargo de vice-governadora do Estado, ao lado de Anthony Garotinho. Participa de diversos movimentos sociais desde a sua juventude, integrando o Partido dos Trabalhadores.

As outras 10 eleitas para o ano de 2014 ainda encontram-se em atuação no mandato eletivo. Mas cabe apresentar algumas notas sobre o perfil de cada uma, apresentando mais detalhadamente quem elas são e como têm sido a atuação política. Tia Eron (PRB/BA) recebeu o apelido de "Tia" pelas crianças do projeto social que ela atuou durante anos. Integrante da IURD, assumiu o cargo de vereadora em 2001 e foi a primeira mulher negra eleita vereadora em Salvador, pertenceu ao antigo PFL (atual DEM), manteve-se como vereadora até 2014. Envolveu-se como relatora do processo de cassação de Eduardo Cunha, na Câmara dos Deputados e ganhou visibilidade.

Brunny (PTC/MG) é a deputada mais nova da legislatura de 2014, elegendando-se com 25 anos, é casada com o político e deputado estadual Hélio Gomes (PSD), não exercendo nenhum cargo público antes. Brunny era conhecida em Governador Valadares (MG) por estrear um programa chamado "Brunny e Você", no qual transforma meninas em princesas por um dia. Christiane Yared (PTN/PR) é uma empresária conhecida na região do Paraná,

possuindo uma rede de padarias. Pauta-se pelo combate à violência no trânsito. Ela ganhou visibilidade quando seu filho faleceu em um acidente, desde então ela busca por melhores condições nas estradas e por punições mais rigorosas para infratores.

Rejane Dias (PT/PI) é casada com o governador eleito Wellington Dias (PT/PI), foi deputada Estadual anteriormente e atuava na área de proteção à pessoa com deficiência. Havia se licenciado do cargo de deputada federal para assumir a pasta de Educação, mas abdicou dela em 2016, para voltar à câmara dos deputados e votar contra o impeachment da presidente eleita legitimamente Dilma Rousseff. Seguindo uma trajetória já na política, tem-se a nova deputada federal Geovania de Sá (PSDB/GO) ligada à Assembleia de Deus, apresentando um perfil de mulher empresária e empreendedora. Elegeu-se como Vereadora na cidade de Criciúma, no ano de 2012. Atualmente, seu marido lançou-se como candidato a vereador e não se elegeu, em que pese ser Pastor. Geovania de Sá mostra-se com maior sucesso no campo da política que seu marido, contrastando com o perfil predominante.

Clarissa Garotinho (PR/RJ) já possui uma ampla e sólida base na cidade do Rio de Janeiro. Seu sobrenome carrega múltiplos significados, seja no campo religioso ou político. Filha de Anthony Garotinho e Rosinha Garotinho, ambos políticos consolidados e também atuantes na igreja Presbiteriana. Clarissa ocupou o cargo de vereadora no município do RJ de 2009 até 2011. Foi deputada Estadual de 2011-2015. No ano de 2016, Clarissa foi indicada e assumiu a pasta de Desenvolvimento, Emprego e Inovação, durante a Gestão de Marcelo Crivella, no Rio de Janeiro.

Rosângela Gomes (PRB/RJ) recebeu amplo apoio de membros da IURD durante o período eleitoral, em 2014. A então Deputada já participou no campo político e não é nenhuma novidade: vereadora eleita pela cidade de Nova Iguaçu, iniciou seu mandato em 2001, pelo PL. Logo depois passou para o PRB²², quando o PL deixou de existir no ano de 2006. Foi eleita como Deputada Estadual em 2011-2015. Possui uma trajetória ligada a IURD, com a assistência em projetos sociais. Participando de pronunciamentos sobre a ONU, e a situação da mulher negra. A trajetória de Júlia Marinho (PSC/PA) é ligada ao seu marido Zequinha Marinho, que se candidatou as eleições para o governo do Estado do Pará, sendo eleito como vice-governador. Júlia tem ampla atuação na Assembleia de Deus e participa de diversos clubes de mulheres ligados à igreja, também foi presidente do PSC mulher.

²² O PL deixou de existir no ano de 2006. Seus fundadores dividiram-se em alguns partidos como PR e PRB. Por isso, a tendência de que pessoas eleitas pelo PL migrassem para um desses partidos.

Shéridan (PSDB/RR) foi casada, à época da eleição, com o político e ex-governador de Roraima, José Anchieta. Logo após a sua vitória como deputada federal, ela se divorciou do marido. Sua trajetória se assemelha a de Lauriete (PSC/ES), tanto por não ter experiência no campo político, quanto pelo divórcio e uma série de rumos lançados, como um possível novo relacionamento com outro político. Shéridan também ficou conhecida por ser relatora da Reforma Política, no ano de 2017. Por último, a "novidade" na câmara dos deputados foi a eleita Eliziane Gama (PPS/MA), que recebeu apoio da Marina da Silva durante o período das campanhas eleitorais. Já foi deputada estadual no ano de 2006 e reeleita em 2010. Buscou a eleição para a prefeitura de São Luís, em 2012, não obtendo sucesso. Atualmente encontra-se na Rede Sustentabilidade.

Notou-se que aquelas campanhas dos anos de 2002 e 2004 não encontravam-se na internet com facilidade, tampouco em locais oficiais como o TSE. Desse modo, eliminamos esses anos das análises de campanhas, especificamente. No geral, toda a abordagem que elas faziam sobre qual seria o seu papel na política, enquanto mulher, era perpassado pelo discurso evangélico de cuidado e proteção da mulher. Mas a parte em que isso ficou mais evidente foi quando analisamos as promessas eleitorais; as deputadas direcionavam suas promessas ao público evangélico, elas afirmavam em diversas falas que seriam “representantes de Deus e da sua Igreja no Parlamento” e que “seriam uma extensão da palavra de Deus”. Em diversos momentos, Bispos e figuras reconhecidas das igrejas falavam por essas mulheres ao longo dos cultos. Destacou-se que as campanhas dessas mulheres foram mais gerais, apresentando pautas abrangentes: (a) Combate a violência apareceu em todos os discursos. Sendo que a totalidade dessas mulheres abordou o combate a violência às crianças e à mulher, outras 6 acrescentaram o combate a criminalidade e o tráfico, outras ainda acrescentaram a violência no trânsito; (b) Educação foi um tema que apareceu em todas as campanhas, especialmente associada a questões das pautas de mulheres – mais creches, qualidade melhor de educação para as crianças; (c) Saúde da mulher e da família foi tema de 6 campanhas; (d) Economia e Administração também apareceu no discurso de 7 mulheres.

Foi possível notar que, em grande maioria, as pautas de violência, educação e economia foram bastante vinculadas à situação das mulheres. Muitos dos discursos apresentados por elas iam ao encontro de visões tradicionais sobre o cuidado e proteção das mulheres. Essa extensão do discurso pode ser percebida em duas dimensões distintas

e complementares: (a) as eleitoras que eram, em grande maioria, mães e cuidadoras na visão dessas próprias candidatas; e (b) elas mesmas, enquanto candidatas, que eram mulheres capazes de cuidar da política e das pautas dessas mulheres. Esse discurso foi recorrente em cerca de 6 mulheres.

Foram coletados os slogans de campanha que trazem uma marcante característica sobre os principais temas que foram abordados por cada uma das deputadas, quando candidatas.

Tabela 4. Deputada Federal x Slogan de Campanha

Deputada Federal	Slogan de Campanha
Antônia Lúcia PSC/AC	Fé e trabalho
Lauriete PSC/ES	A voz da Gente
Benedita da Silva PT/RJ	RJ MultiPovo (2011-2015) A voz do povo por um Rio melhor (2015-2019)
Bruna Furlan PSDB/SP	Fé no que virá (2011-2015) Trabalhando pelo amanhã (2014-2019)
Liliám Sá PR/RJ	Guerra contra a Pedofilia
Geovania de Sá PSDB/SC	Força da Mulher
Rejane Dias PT/PI	Meu voto é pra quem faz a diferença
Tia Eron PRB/BA	É salvador no coração/No coração da Bahia
Rosângela Gomes PRB/RJ	Seguindo crendo
Júlia Marinho PSC/PA	Família e Educação
Christiane Yared PTC/PR	A preferencial é a vida
Clarissa Garotinho PR/RJ	É ela.
Eliziane Gama PPS/MA	A voz da nova política
Fátima Pelaes PMDB/AP	Por Amapá
Iris de Araújo Rezende PMDB/GO	Dobradinha com o marido (2006-2010)
Brunny PTC/MG	Deputada Federal Brunny
Shéridan PSDB/RR	Vamos juntos com Roraima
Sueli Vidigal PDT/ES	Mais Trabalho, Mais Amor (2010)

Em certa medida, o discurso pode ser lido enquanto conservador; porém, ele apresenta um destaque importantíssimo: a força e a capacidade decisória e de autonomia das mulheres. Ainda que, algumas dessas mulheres, terem identificado as eleitoras e

elas mesmas enquanto “mulheres protetoras”, elas associavam o atributo de força e necessidade de autonomia das mulheres para se inserirem no mercado de trabalho e em atividades fora da vida doméstica.

A qualificação profissional e educacional das mulheres foi um tema recorrente e apareceu na totalidade dos discursos - ainda que em graus distintos ao longo dessas campanhas. Outro ponto de destaque diz respeito à construção dessas mulheres como protagonistas de suas campanhas, elas apelaram para campanhas falando sobre a sua trajetória de vida profissional, educacional e na carreira política. Nitidamente as mulheres vinculadas aos partidos de esquerda pautaram seus discursos através de temas mais progressistas, destacando um estereótipo emancipador sobre a mulher, não havendo a inserção de membros da igreja em suas campanhas eleitorais.

Protagonismo Feminino ao longo das campanhas: importa destacar que a construção da subjetividade feminina evangélica não vai implicar em uma menor visibilidade (protagonismo das mulheres em suas campanhas). A grande maioria das mulheres foi apresentada como protagonista de suas carreiras e Campanhas; a exceção foram aquelas ligadas aos seus maridos e pais que eram Constantemente mencionados e apareciam nas campanhas eleitorais. Ainda que esse processo não acontecesse em todas as campanhas, mas ao menos em 6 delas a aparição de maridos e pais (quando ligados à política) foi mais intensa e elas ficaram "apagadas", ou foram representadas como as mulheres que dariam continuidade ao trabalho de maridos/pais.

Considerações Finais

Neste trabalho é possível conhecermos melhor o perfil sociodemográfico e de carreira das deputadas evangélicas que atuaram nos períodos de 2002-2014, bem como o estilo de campanha adotado por essas. O perfil sociodemográfico mostrou que a participação de deputadas evangélicas é bastante capilarizada pelo território brasileiro, apesar de um forte predomínio na região sudeste, ela não é restrita a essa localidade. Destaca-se que majoritariamente essas deputadas apresentem ensino superior completo, o que demonstra um grau educacional elevado quando comparado à população brasileira. A análise do perfil de carreira das deputadas aponta para a entrada na política através da herança familiar ou de seu sucesso profissional. Ambos os aspectos apareceram com forte

recorrência nas campanhas eleitorais, especialmente naquelas que não se utilizaram de atores religiosos para ancorar as suas campanhas.

Quanto ao protagonismo feminino, elas mostram-se como protagonistas em parte considerável das campanhas. Contudo, o protagonismo foi debilitado quando elas possuíam algum familiar homem ligado ao campo político. O que gerou uma espécie de apagamento das eleitas. A religião, por si só, não gera esse perfil de menor protagonismo, mas o capital familiar tende a colocar a mulher como "reprodutora" e que vai continuar os serviços do pai/marido.

Referências

ARAÚJO, Clara. Rotas de ingresso, trajetórias e acesso de mulheres ao legislativo: um estudo comparado entre Brasil e Argentina. *Estudos Feministas*, Florianópolis, vol. 18, no. 2, p. 567-584, 2010.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Lisboa/Rio de Janeiro: Difel/Bertrand, 1989.

_____. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil; 1999.

_____. *Sobre o Estado: cursos no Collège de France (1989-92)*. São Paulo: Cia das Letras, 2014.

DIAP – Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar. 2016. Disponível em: <<http://www.diap.org.br/>>. Acesso em: 07 mar. 2017.

MACHADO, Maria das Dores Campos. Representações e relações de gênero nos grupos Pentecostais. *Estudos Feministas*, Florianópolis, vol. 13, no. 2, p. 387-396, 2005.

_____. *Política e religião: a participação dos evangélicos nas eleições*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2006.

MARIANO, Ricardo. *Neopentecostais: sociologia do novo pentecostalismo no Brasil*. São Paulo: Loyola, 2000.

NOVAES, R. R. Crenças religiosas e convicções políticas: fronteiras e passagens In: FRIDMAN, Luiz (Org.). *Política e cultura: século XXI*. Rio de Janeiro: Relume Dumará; ALERJ, 2002.

ORO, Ari Pedro. Religião e política nas eleições 2000 em Porto Alegre (RS). *Debates do NER*, Porto Alegre, Ano 2, no. 3, p. 9-70, set. 2001.

PINTO, Céli; MORITZ, Maria Lúcia. A tímida presença da mulher na política brasileira: eleições municipais em Porto Alegre (2008). *Revista Brasileira de Ciência Política*, Brasília, no. 2, p. 61-87, jul./dez. 2009.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil para análise histórica. Trad. Cristine Rufino Dabat e Maria Betânia Ávila. *SOS Corpo*, Recife, 1991.

WACQUANT, Loic. O poder simbólico na dominação da “nobreza do Estado”. In: WACQUANT, Loic (Org.). *O mistério do ministério*. Rio de Janeiro: Revan, 2005.

WOODHEAD, L. As diferenças de gênero na prática e no significado da religião. *Estudos de Sociologia*, Araraquara, vol. 18, no. 34, p. 77-100, jan./jun. 2013.